

A CONSTRUÇÃO SUBJETIVA DEÔNTICA EM ARTIGOS DE OPINIÃO COMO POSICIONAMENTO ARGUMENTATIVO.

Gilson Lauri Pereira de Menezes Junior

Orientadora: Nilza Barrozo Dias

Mestrando

RESUMO: A interface entre Funcionalismo e Cognitivismo tem alcançado resultados interessantes na consideração de dados linguísticos e na constante construção da gramática internalizada. Mas ainda são incipientes as pesquisas que tratam da língua como instrumento que pressupõe intencionalidade e cooperação entre sujeitos em perspectiva argumental. Este trabalho busca proporcionar uma singela contribuição nesta área ao Investigar como a construção subjetiva deôntica, constituída de uma oração matriz (ser [conjugado na 3ª pessoa do singular] + termo deôntico) + uma oração completiva com função sintática, categorizada de modo relativamente esquemático, é utilizada como um recurso de movimento argumentativo que modaliza o enunciado a fim de escamotear o posicionamento do sujeito com relação ao entorno discursivo (DIAS, 2013). Considerando a orientação argumentativa inerente a determinados gêneros textuais, pretende-se coletar ocorrências de construtos em artigos jornalísticos de opinião, quantificando-as e seguindo-se de uma análise qualitativa do contraste entre estas ocorrências e seus respectivos entornos discursivos, bem como a natureza do verbo utilizado na oração subjetiva. A hipótese inicialmente levantada defende que o uso desta construção aparenta estar relacionado com uma necessidade do sujeito enunciator em construir um efeito de neutralidade ou um efeito de generalidade na tese defendida que criam, como consequência, um distanciamento da tese que ocorre de dois modos distintos. Os dados sugerem estar no termo deôntico selecionado a causa desta diferença.

PALAVRAS-CHAVE: construção subjetiva deôntica, argumentação, artigos de opinião.

Introdução

A interface entre Funcionalismo e Cognitivismo tem alcançado resultados interessantes na consideração de dados linguísticos e na constante construção da gramática internalizada. A partir da análise de dados provenientes do uso linguístico que considere questões semântico-pragmáticas, é possível desenvolver um nível de regularidade sistêmica da variação que corrobora a emergência da língua como estrutura adaptativa complexa entre o uso linguístico e a cognição, (Bybee, 2016). Entretanto ainda são incipientes as pesquisas que tratam da língua como instrumento que pressupõe intencionalidade e cooperação entre sujeitos em uma perspectiva argumental. O uso é tratado primariamente por um viés estatístico de frequência de ocorrência de tokens que representam types específicos. Quantificar os types com base nos tokens parece estar sendo o procedimento padrão para se chegar às características da cognição, enquanto instância categorizadora de exemplares. Este trabalho busca proporcionar uma singela contribuição em uma perspectiva que leve em consideração os mecanismos argumentais no uso.

Este trabalho propõe investigar como a construção subjetiva deôntica, constituída de uma oração matriz (ser [conjugado na 3ª pessoa do singular] + termo deôntico) + uma oração completiva com função sintática) é utilizada como um recurso de movimento argumentativo que modaliza o enunciado a fim de escamotear o posicionamento do sujeito com relação ao entorno discursivo (DIAS, 2013). Compreende-se construção pela perspectiva de Bybee (2016) como um pareamento entre forma e sentido com uma estrutura sequencial constituída pelo processo cognitivo de Chunking, que é categorizada de modo mais ou menos esquemático.

A construção subjetiva deôntica é caracterizada pela presença daquilo que a tradição da NGB chama de Oração Principal e Oração Subordinada Substantiva Subjetiva, como nos exemplos (1) e (2).

- (1) É preciso pensar em políticas de prevenção com secretarias como as de Ação Social, Educação, Cultura... Não somente de Segurança.
- (2) Deve ser cláusula pétrea não aumentar gastos com pessoal, despesas permanentes com recursos instáveis e finitos. É necessário poupar para futuras gerações.

A modalização é tratada pela perspectiva apontada por Neves (1996) dos modelos lógicos, do conhecimento e da conduta. Assim, a partir de referências da materialidade linguística, há tipos de modalidade: a de possibilidade, de necessidade e a de proposição; além da atitude do falante. Neves (1996) considera também que a unipessoalização evidencia um distanciamento do locutor mediante sua declaração, estando relacionada com uma necessidade do sujeito enunciador em construir um efeito de neutralidade (no qual ele não se insere como participante na tese defendida) ou efeito de generalidade (no qual a tese defendida é apresentada como socialmente aceita, mas a partir da perspectiva do enunciador). São justamente nestas necessidades do sujeito que as ocorrências podem ser analisadas sob um viés argumentativo.

Metodologia de Análise

Foram selecionadas como ocorrências tokens para este trabalho exemplares retirados de um determinado gênero textual, os artigos de opinião, coletados durante o ano de 2018 em quatro jornais principais (O Globo, O Estado de São Paulo, Folha de São Paulo e El País Brasil) e de uma Revista (VEJA). Todos os textos pesquisados foram coletados a partir do acesso por suportes textuais digitais próprios dos jornais selecionados (entre blogs e sites). A escolha deste gênero justifica-se pela pertinência argumentativa inerente nesta organização textual. Há a consideração de Horta (2017) que os usuários da língua, no contexto da escrita, tendem a levar suas opiniões, crenças e conhecimentos para um tipo de texto cuja modalidade solicita, por vezes, o escamoteamento das ideias para que não fiquem tão aparentes para o interlocutor-leitor. No discurso jornalístico, tal necessidade se evidencia no gênero notícia de jornal, no qual a representação factual é considerada mais importante que uma avaliação do sujeito jornalista que escreve a matéria ou da avaliação do grupo de imprensa, enquanto instituição oficial. Entretanto, o artigo de opinião apresenta-se como um gênero no qual o autor do texto apresenta certa liberdade para manifestar suas opiniões e posicionamentos a respeito do acontecimento do qual ele está tratando. Contudo, é possível observar nestes textos ocorrências da construção impessoal subjetiva, que escamoteia a presença do sujeito, mesmo que, em teoria, ele não precisasse se ocultar, já que seu posicionamento é esperado. Será objeto de investigação determinar por que isto ocorre.

A análise se pautara numa abordagem quantitativa pelo método de contagem simples das ocorrências, bem como sua separação em dois types, a depender da apresentação do token. Em seguida, será empreendida uma análise qualitativa que leve em consideração o termo deôntico empregado, a orientação semântico-pragmática da oração matriz e a relação com o entorno discursivo no que diz respeito à argumentação.

Abordagens modernas de Oração e Modalização

Rosário (2007) argumenta que os critérios semântico e sintático estão presentes na maioria das definições apresentadas pelos gramáticos, juntamente com o conceito de (in)dependência, mas estes não são bem definidos, gerando incompreensões e falta de clareza nas exposições teóricas. Tal constatação representa uma necessidade de ultrapassar os domínios da Linguística Estruturalista para analisar a função das estruturas na enunciação e discursivização. Rosário apresenta como exemplo as orações conclusivas e explicativas, que colocadas no grupo das coordenadas por sua estrutura sintática, não se manifestam, no nível semântico, da mesma forma que as aditivas e adversativas. A dependência daquelas orações com a informação que vem ao seu redor ou com o próprio contexto discursivo utilizado são muito mais sólidas e presentes. Assim Rosário (2007) advoga a necessidade de se adentrar em uma nova perspectiva, que ultrapasse a categorização discriminatória de orações, mas sim entendê-las como um *continuum* em cujo desenvolvimento pode-se estabelecer graus de integração ou não com relação a um contexto pragmático amplo que abarque Língua, Discurso e Cognição como uma tríade inter-relacional. Para o autor, constrói-se aí a Linguística Funcional Centrada no Uso.

Com o desenvolvimento de uma Linguística Funcional, os papéis inter-relacionais entre Língua e Sujeito passaram a ser primordiais para explicar uma série de fenômenos não descritos por estruturalistas ou explicados por uma diferente perspectiva. Desde os trabalhos inaugurais de Benveniste acerca da subjetividade circunscrita no enunciado e com Jakobson determinando as funções presentes em um ato comunicativo de nível macro (embora reduzido), o Funcionalismo foi abarcando diversas correntes, enveredando-se pelo domínio do Discurso, da Pragmática e da Cognição. Estas interfaces foram essenciais para o desenvolvimento de uma sintaxe funcional que abarcou o estudo das orações sob um aspecto mais integrado. DECAT (2014) citando Halliday, Van Valin e Thompson, afirma que, para Halliday, a integração das orações está baseada em dois

sistemas distintos, a saber: o grau de interdependência de orações e a relação lógico-semântica entre elas. É possível perceber que estes linguistas atribuem à classificação de orações não uma resposta à pergunta "Estas orações estão ou não integradas?", esperando uma análise dicotômica, mas sim uma resposta à pergunta "O quanto estas orações estão integradas?", objetivando determinar graus de pertencimento. Quanto ao grau de pertencimento, Decat (op.cit), citando Halliday, destaca a divisão entre parataxe e hipotaxe, na qual "táxis" representa o radical grego para graus de pertencimento e o nível "para", status igual e o nível "hipo", *status* desigual. Assim, as orações paratáticas são mais dependentes, pois relacionam orações em *status* iguais, das quais uma sucede a outra, enquanto que, na hipotaxe, a relação exercida é a de uma oração núcleo e outra oração funcionando como satélite, atribuindo algum grau de informatividade à oração núcleo, ainda que não necessariamente exigido pela valência verbo-argumental. A subordinação representaria assim um aspecto radical, ao levar para a análise as construções ditas encaixadas (que se encaixam no argumento selecionado pelo verbo), configurando assim um grau de pertencimento mais elevado.

Valendo-se da combinação dos traços [dependência] e [encaixamento], Hopper e Traugott (1997,) propõem o seguinte *continuum*.

Quadro 1 – Dependência e encaixamento

	Parataxe > (independência)	Hipotaxe > (interdependência)	Subordinação (dependência)
[Dependência]	-	+	+
[Encaixamento]	-	-	+

Quanto ao aspecto lógico-semântico, tomando-se como referencial o discurso, onde ocorrem sucessões de orações paratáticas, hipotáticas e subordinadas formando a "Oração Complexa" discursiva, estas ocorrem sob duas organizações: Expansão e Projeção. Nestas organizações, uma oração secundária (parataxe), dominada (hipotática) ou subordinada (subordinação) expande ou projeta a oração primária, dominante e subordinante, respectivamente. Essas relações apresentam algumas subdivisões e estão expressas em um *continuum* de semanticidade. Uma oração pode ser expandida por: (i)

elaboração (quando uma oração elabora a outra através de uma descrição ou especificação mais profunda); (ii) extensão (quando uma oração expande a outra, acrescentando algo de novo na construção discursiva do significado) ou (iii) realce (quando uma oração intensifica a outra oração, modalizando-a e circunstancializando-a). Não existe uma correspondência confiável e segura entre a classificação tradicional das orações e a inovação decorrente dos dois *contínuos* de análise porque, por estarem vinculadas ao ato de fala, nem sempre as orações se realizam em sua plenitude, seja porque há uma interrupção ou sobreposição de voz, seja por que tal recurso linguístico não constituiu efetividade como argumentação dentro daquele contexto específico de fala. Estes *contínuos* ajudam a superar a natureza categorizante da sintaxe tradicional ao fornecer certas respostas a incongruências da classificação prescritivista. O problema das orações explicativas e conclusivas trazidas por Rosário (2007) é, portanto, mais convincentemente explicado ao se considerar menor dependência na análise do critério sintático e, expansão por realce no critério semântico, quando se manifestarem significados relacionados ao tempo e à causa. As orações substantivas, na qual se incluem as subjetivas são, pela perspectiva de Halliday, entendidas como encaixadas por se identificar um “mecanismo semogênico” (criador de significado) no qual uma *oração* ou *sintagma*¹ passa a funcionar como constituinte argumental dentro de uma oração;

Neves (1996) apresenta os diversos tipos de modalidade, entre elas a alética, epistêmica e deôntica. Wiedemer (2016) define modalidade alética, de acordo com Kiefer (1987 *apud* NEVES, 1996, p. 171), como centrada na lógica, ou seja, reflete uma escala lógica que vai do necessário ao impossível, passando pelo possível e contingente. Além disso, a escala reflete a capacidade (física, moral e intelectual) do locutor. Um enunciado alético é quase impossível de se manter descompromissado com a verdade, “é muito improvável, afinal, que um conteúdo asseverado num ato de fala seja portador de uma verdade não filtrada pelo conhecimento e pelo julgamento do falante” (NEVES, 1996, p. 171). Diferente da modalização alética, a modalidade epistêmica e Já a modalidade deôntica, objeto e foco de nossa pesquisa, está relacionada aos valores de obrigação e permissão, situada no domínio do dever. Na expressão da modalidade deôntica, é possível

verificar que o interlocutor deve aceitar a verdade do enunciado para que este seja executado envolve o julgamento do falante sobre aquilo que seja provável que aconteça.

A modalidade deôntica na oração subjetiva sob o ponto de vista de uma Construção.

A modalização deôntica está situada no nível da predicação; ao expressar, então, o estatuto da realidade de um estado-de-coisas, o falante baseia sua avaliação no conhecimento de possíveis situações relativas a algum sistema de convenções morais, legais ou sociais (Wiedemer, 2016). Os predicados de valor deôntico indicam que o estado-de-coisas descrito na sentença encaixada completiva é apresentado como uma necessidade, obrigação, permissão ou como uma proibição. Podem ainda expressar uma capacidade atribuída ao referente do sujeito da sentença matriz de realizar o estado-de-coisas descrito na completiva. Nascimento (2010) determina que modalização deôntica se manifesta de diferentes formas, gerando efeitos de obrigatoriedade, proibição e possibilidade (efeito facultativo ou de permissão), que se constituem em três tipos distintos de modalizadores deônticos, uma obrigação externa, calcada em regras e preceitos culturais convencionados socialmente, uma obrigação interna, que diz respeito a regras de moral e ética que atingem os sujeitos de uma forma individual e a necessidade que manifesta um desejo ou uma vontade individual do sujeito.

Bybee (2016) trabalha, em sua teoria que busca uma interface entre cognitivismo e linguística funcional, de que maneira explicitar os processos cognitivos de domínio geral e como estes processos influenciam na organização da gramática cognitiva a partir da categorização dos exemplares provindos da experiência, Neste sentido, a construção se define como um pareamento entre forma e sentido, já que o modo de categorização da gramática se dá do discursivo-pragmático para os constituintes morfológicos e sintáticos, isto é, a categorização da gramática cognitiva é feita do macro para o micro, do uso para suas especificados. A esquematicidade estaria relacionada com o nível de abstração da categorização da construção: quanto mais variável são os termos capazes de preencher os espaços disponíveis, mais esquemática é esta construção.

Assim, a construção completiva deôntica se manifesta como Esquema [Ser conjugado na terceira pessoa+ termo deôntico [Oração forma (in)finita subordinada/encaixada completiva subjetiva]], sendo por isso semiabstrata, pois o slot do

termo subjetivo é relativamente preenchido enquanto a primeira posição é mais difícil de ser mudada)

Dias (2013) afirma que a posição da oração matriz no início da sentença configura uma construção mais prototípica, isto é, define-se como a não marcada e, em seguida, tece que o falante aborda suas considerações, seus pensamentos e desejos diante de uma situação discursiva, tendo como objetivo persuadir o seu destinatário para compartilhar de suas opiniões na situação criada. Sendo assim, a autora conceitua que a marca de inter(subjetividade) denota sentido de modalidade (epistêmica e deôntica) e de avaliação da atitude (a apreciação, o afeto e o julgamento), além da ordem da oração subjetiva em relação à matriz.

Wiedemer (2016), citando Dias (2013), afirma que as construções impessoais, enquanto em algumas línguas ocorrem morfologicamente marcadas, em outras, não, como na Língua Portuguesa, em que não há um pronome marcando inicialmente a impessoalidade e sendo apêndice do verbo. Como Dias (2013b) observa:

Embora haja sujeito oracional exposto, o falante opta pela forma sintática unipessoal (estrutura predicadora em 3.^a pessoa do singular), que dá um matiz semântico impessoal à estrutura predicadora alçada à posição inicial da construção. Com este recurso, o falante pode fazer contraste entre a construção completiva impessoal e o entorno discursivo (1.^a e 3.^a pessoas do plural), minimizando a sua participação no evento, corrigindo para se descomprometer. (DIAS, 2013b, p. 08)

Além disso, Dias (2013b) verifica os recursos utilizados pelo falante para se descomprometer das informações veiculadas por ele, como por exemplo, contrastar as pessoas usadas no entorno discursivo, aplicando, então, a responsabilidade da ação da construção completiva subjetiva ao outro, ou seja, ele é capaz de usar 1.^a pessoa do singular/plural ou 3.^a pessoa do plural no entorno discursivo, mas ao fazer uso da construção, ele modifica para 3.^a do singular a fim de causar o distanciamento

Análise de dados

Os dados analisados foram levantados de corpora de artigos de opinião de quatro veículos de mídia (O Globo, O Estado de São Paulo, A Folha de São Paulo e El País Brasil) e de uma revista (VEJA) encontrados em suas versões digitais coletados durante o ano de 2018. Foram levantadas quarenta ocorrências de construção subjetiva impessoal deôntica. Estas ocorrências foram divididas em dois grupos a partir dos termos deônticos selecionados pelo slot, que é relativamente esquemático, já que não é qualquer palavra que vai caber no espaço. Os termos deônticos mais produtivos de acordo com as ocorrências foram “necessário” e “preciso”. Suas contrapartes negativas (desnecessário e impreciso) apresentaram duas e uma ocorrências, respectivamente, sendo portanto, desconsideradas para as análises quantitativa e qualitativa.

Quadro 2: Distribuição dos types encontrados e suas implicaturas semântico-pragmáticas

	Modalidade deôntica	
	É preciso	É necessário
Obrigaçã externa	8	11
Obrigaçã interna	4	8
Necessidade	3	6
Total	15	25

Como é possível observar, foram encontrados mais exemplos utilizando o type [é necessário[Oração forma (in)finita subordinada/encaixada completiva subjetiva]], o que poderia sugerir uma hipotética preferência por esta se adequar ao gênero de maneira argumentalmente mais eficiente. Considerando que um maior número de ocorrências, tanto de “é necessário” quanto de “é preciso” indicam uma orientação semântico-pragmática para uma obrigação externa, do domínio de regras cultural e convencionalmente compartilhadas por grupos sociais, a hipótese de Wiedemer (2016) de que estas distinções de usos podem se justificar pela facilidade de manipular o outro

sobre uma necessidade física ou de maneira material em geral o que poderia indicar que a orientação tipológica do gênero “artigo de opinião”: orientar a argumentação para criar um efeito de evidencialidade na tese a ser defendida, como mostrado no exemplo abaixo

(03) É preciso aprender com a tragédia do chavismo. A vitória fraudada de Nicolás Maduro no domingo passado não foi a primeira do bolivarianismo na Venezuela, mas, se não for a última, está próximo disso. A torcida dos democratas do continente é que o regime já de base militar não tente sobreviver na forma de uma ditadura aberta, com o risco de guerra civil. Já existe bastante drama no país.

O excerto relatado acima já começa lançando-se da construção completiva impessoal deôntica, impondo uma orientação semântico-pragmática de uma obrigação externa, já que é um elemento político (o chavismo como designação de um modo de governo característico da Venezuela). Seria obrigatório não repetir a experiência de um governo com orientação chavista, já que isto não foi positivo, segundo a sustentação a tese que vem no entorno discursivo, movida pela seleção léxical “vitória fraudada”, “a última” “sobreviver”, “ditadura aberta”, “guerra civil”. O uso de verbos no presente serve para evidencializar a situação atual da Venezuela, que ajuda a sustentar a evidencialidade da obrigação social de não repetir a experiência avaliada como ruim pelo sujeito enunciador. É importante notar que o verbo da construção subjetiva deôntica apresenta-se no infinitivo “aprender”, o que, segundo Dias (2013) potencializa o efeito de escamoteamento do sujeito, evidenciando a falta de ação perante a tese defendida. Aqui entendida como uma forma de potencializar o efeito perlocucional de convencer o sujeito leitor: Aprender é preciso, mas você (sujeito leitor) é quem deve aprender. Eu (sujeito enunciador) já aprendi.

(04) A desconfiança nas instituições está amplamente difundida, fator que continuamente dificulta o bom encaminhamento das questões públicas. Por tudo isso, na tarefa de reconstrução do País, **é necessário, entre outras muitas frentes, resgatar a confiança da população nas instituições;**

Neste excerto, a construção subjetiva deôntica impessoal encontra-se materializada como uma orientação externa, pois o ato de resgatar que é orientado pela

modalidade deôntica é algo que só pode ser realizado se houver um convencionalidade social da necessidade de um resgate. É interessante notar como o “É necessário” retira definitivamente o sujeito enunciativo da responsabilidade da tese defendida. A tese é a necessidade de ações efetivas para resgatar a confiança do país nas instituições, sustentada por uma observação pessoal do sentimento de insegurança que estaria difundido. Entretanto o sujeito enunciativo deste texto não se coloca como participante nem como ser que necessita resgatar, nem como ser pertencente ao povo que precisa ser resgatado. Há um caráter mais genérico que este dado apresenta em comparação ao dado anterior e posterior nos dados apresentados. Isso talvez corrobore a análise quantitativa que identificou mais ocorrências de “é necessário” que de “é preciso”. Há uma hipótese de que a constituição tipológica do gênero artigo de opinião faça juz a uma ocorrência mais genérica do ponto de vista de um fazer e mais evidencial ou participativa do ponto de vista da manifestação da opinião.

(05) Também não contribuem para uma Justiça imparcial os comentários de ministros do STF fora dos autos a respeito de processos em julgamento. Durante evento em São Paulo, **o ministro Gilmar Mendes afirmou que “é preciso discutir se os dois crimes a que ele (Lula da Silva) foi condenado são realmente dois crimes”**, referindo-se à corrupção passiva e à lavagem de dinheiro. Outros ministros também são habitués na arte de comentar além do que se deve. A proibição da Lei Orgânica da Magistratura é expressa. Magistrado não pode manifestar opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, “*ressalvada a crítica nos autos e em obras técnicas ou no exercício do magistério*” (art. 36, III).”(grifos meus). (Em:<https://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/editorial-do-estado-no-balaio-da-inseguranca/>, último acesso em 13/08, as 15:54)

O trecho destacado em negrito no excerto representa o relato da fala do ministro Gilmar Mendes, expresso no discurso do jornalista por meio de uma citação integrada que interage com o entorno discursivo de uma forma a criar um efeito de evidência no posicionamento do sujeito comunicante de que magistrados não devem se pronunciar sobre os processo, salvo situações excepcionais. Para isto, ele relata uma ocorrência com uma palestra de Gilmar Mendes fora do expediente. O verbo dicendi “afirmou” enfatiza a legitimidade e relevância que as informações veiculadas por este dito É interessante

notar, no entanto, que o dito de Gilmar Mendes integrado no discurso do sujeito comunicante é modalizado com uma construção subjetiva de modalidade deôntica (é preciso). Considerando que a construção impessoal representa uma estratégia do escamotear a presença para isentá-lo ou torná-lo relativamente distante da matéria linguística que ele está veiculando. A escolha por uma construção subjetiva impessoal (é preciso) está relacionado portanto não a obediência temática, mas à marca linguística que evidencia o posicionamento do sujeito comunicante. O sujeito comunicante distancia Gilmar do seu próprio dito graças à construção impessoal. E, ao fazer isso, ele manifesta um contraste com o entorno discursivo que defende a tese do magistrado não poder comentar sobre o processo. Distanciar Gilmar de seu próprio comentário a respeito de Lula mostra que esse dito relatado deixa escapar, tanto por uma materialidade linguística quanto pela modalização discursiva, que na verdade a tese a ser defendida pelo sujeito comunicante, ainda que de forma escamoteada é a de que as acusações contra Lula não deveriam ser revistas. Desta forma, o sujeito comunicante escamoteou sua subjetividade (e por conseguinte sua intencionalidade) no relato de outra pessoa, feito de forma indireta sem uma necessária filiação fidedigna entre os conteúdos linguísticos.

Considerações finais.

É na oração matriz da construção subjetiva deôntica que está a posição manifesta do falante com relação à posição levantada pela oração completiva encaixada subjetiva, que possui seu aspecto de parcialidade com relação a quem enuncia ou ao enunciatário mascarado pela estrutura impessoal. Entretanto a especificado deste gênero textual pode estar relacionada com a seleção do termo deôntico selecionado, como os dados quantitativos demonstram. Há uma ocorrência maior de “é necessário”, o que talvez possa indicar que estes dois termos deônticos não sejam exatamente sinônimos, podendo estar na relação que cada um destes termos realiza com o efeito de neutralidade ou distanciamento do fazer e do pensar uma resposta para o que foi mostrado pelos dados.

Esse posicionamento distanciado (que é apenas um efeito constitutivo da construção) é verificado pelo tempo verbal da oração completiva e pelos verbos observáveis no entorno. (contraste), mas também pelo gênero textual, enquanto tipologia textual. Tem-se apresentado, portanto, uma abordagem funcional (que leva em conta o uso da língua), mas também cognitiva (a língua e seu feixe de exemplares como

responsável pela categorização de esquemas) e argumental (que enfatiza no uso o aspecto da intencionalidade do sujeito e nas pressuposições semântico-pragmáticas que ele faz com relação à cena enunciativa. A pesquisa, ainda em estágio inicial, objetiva futuramente ampliar seu escopo de análise observando a concordância ou não com a hipótese levantada, ponderar sobre o estatuto esquemático desta construção, pensando na natureza do adjetivo selecionado na oração matriz, com base nos processos de categorização e gramaticalização, amparado mais uma vez nas considerações de Bybee (2016). Novas abordagens quantitativas a respeito do tempo e do modo do verbo da encaixada também se fazem relevantes para sustentação das hipóteses defendidas.

REFERÊNCIAS

BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*, Editoria Cortez, São Paulo, 2016;

_____, J. Mood and modality, in. *the evolution of grammar tense aspect and modality in the languages of the world*.

CASTILHO, Ataliba T. de (coordenação geral), ILARI, Rodolfo, NEVES, Maria Helene de Moura (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*, vol.2. *As construções subordinadas substantivas*, capítulo 11, GONÇALVES, S.C.L, SOUSA, G.C., GALVÃO, V.C.C. Editora Unicamp.

DIAS, Nilza B. A marca da (inter) subjetividade na sentença complexa subjetiva. In *Revista Confluência*, vol. 44/45, p. 83-106, 2013.

NASCIMENTO, Erivaldo Pereira. A modalização deôntica e suas peculiaridades semântico-pragmáticas. *Fórum Lingüístico*, Florianópolis, v.7, n.1 (30-45), jan-jun, 2010

NEVES, Ma. H. (1997) *A gramática funcional*. São Paulo. Martins Fontes.

ROSÁRIO, Ivo da Costa: Reflexões sobre o critério da (in)dependência no âmbito da integração de orações. *Revista Línguas e Letras*. pag. 252-272

WIEDEMER, Dayane. A modalidade deôntica na construção completiva impessoal com matriz *ser + preciso*: uma análise cognitivo-funcional. Estudos Linguísticos. São Paulo, 45 (1): p. 100-114, 2016